



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**O IMPACTO DAS CARACTERÍSTICAS DO COMITÉ DE AUDITORIA
SOBRE A DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE INFORMAÇÕES SOBRE A
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DAS
EMPRESAS BRASILEIRAS**

RENATO FERNANDES VINHATO

JANEIRO 2022

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**O IMPACTO DAS CARACTERÍSTICAS DO COMITÉ DE
AUDITORIA SOBRE A DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE
INFORMAÇÕES SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL
CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS
BRASILEIRAS**

RENATO FERNANDES VINHATO

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO CARLOS DE OLIVEIRA SAMAGAIO

JANEIRO 2022

Abstract

With growing pressure from civil society, governments, multilateral institutions, universities and the business sector, the dissemination of information on corporate social responsibility has gained prominence on the agenda of large companies. Thus, this study aims to verify the impact of the characteristics of the audit committee on the voluntary disclosure of information on corporate social responsibility (CSR) through an analysis of Brazilian companies. They have researched reference forms, financial statements, management reports and disclosures of information of CSR of 40 companies listed on the Ibovespa index of B3. The results of the study show evidence that the presence of women and the independence of the members of the audit committee negatively impact the voluntary disclosure of information on CSR. On the other hand, other characteristics not related to the audit committee as the growth of the total asset compared to the previous year, the independence of the members of the board of directors and the size of the total assets of the company were positively associated with the voluntary disclosure of information on CSR. Thus, it suggested that future studies address these characteristics. This study contributed to the literature because it was the first to investigate the impact of the elements of the audit committee on the voluntary dissemination of information about the CSR of Brazilian companies.

Keywords: Voluntary Disclosure, Corporate Social Responsibility, Audit Committee, Brazil, B3

Resumo

Com as crescentes pressões por parte da sociedade civil, dos governos, de instituições multilaterais, das universidades e do próprio setor empresarial a divulgação de informações sobre a responsabilidade social corporativa ganhou destaque na agenda das grandes empresas. Assim, este estudo tem como objetivo verificar o impacto das características do comitê de auditoria sobre a divulgação voluntária de informações sobre responsabilidade social corporativa (RSC) por meio de uma análise das empresas brasileiras. Para isso foram consultados os formulários de referência, as demonstrações financeiras, os relatórios de administração e as divulgações de informações sobre RSC de 40 empresas cotadas no índice Ibovespa da B3. Os resultados do estudo mostram evidência que a presença de mulheres e a independência dos membros do comitê de auditoria impactam negativamente a divulgação voluntária de informações sobre RSC. Em contrapartida, outras características não relacionadas com o comitê de auditoria como o crescimento do ativo total em relação ao ano anterior, a independência dos membros do conselho de administração e o tamanho do ativo total da empresa mostraram-se positivamente associadas a divulgação voluntária de informações sobre RSC. Desta forma, sugere-se que estudos futuros abordem essas características. Este estudo contribuiu com a literatura pelo fato de ser o primeiro a investigar o impacto das características do comitê de auditoria sobre a divulgação voluntária de informações sobre o RSC das empresas brasileiras.

Palavras-chave: Divulgação Voluntária, Responsabilidade Social Corporativa, Comitê de Auditoria, Brasil, B3

Agradecimentos

O Trabalho Final de Mestrado é sem dúvida um processo com altos e baixos, inúmeros desafios e incertezas. Mas é também a linha de chegada de uma longa e gratificante caminhada enquanto estudante. Esta caminhada não teria sido a mesma se não fossem certas pessoas, que não só festejaram as minhas conquistas, como também me auxiliaram a encontrar o rumo certo nesta etapa. Agradeço:

A minha esposa e ao meu filho por toda o amor, paciência, apoio e carinho.

Ao meu orientador, pelo apoio dado durante toda a execução desta longa dissertação.

A todos os professores e colegas do ISEG que me inspiraram e apoiaram.

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Semelhanças entre o CA brasileiro e dos demais países	8
Tabela 2 – Estudos anteriores	10
Tabela 3 – Recomendações sobre a composição e qualificação dos membros do CA ..	12
Tabela 4 – Empresas da amostra	19
Tabela 5 – Empresas por setor	20
Tabela 6 – Variáveis da equação	21
Tabela 7 – Pontuação RSC	21
Tabela 8 – Estatísticas descritivas	24
Tabela 9 – Matriz de correlação	25
Tabela 10 – Variance Inflation Factors: Teste VIF	26
Tabela 11 – Resultados da regressão linear	27
Tabela 12 – Hipóteses e variáveis explicativas	29
Tabela 13 – Pontuação RSC por empresa	37

Índice de Figuras

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	1
--	---

Abreviaturas

ADR	American Depositary Receipts
CA	Comité de auditoria
CADM	Conselho de Administração
CDP	Carbon Disclosure Project
IBGC	Instituto Brasileiro Governança Corporativa
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
RSC	Responsabilidade social corporativa
SOX	Lei Sarbanes-Oxley
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

Índice

Abstract	i
Resumo	ii
Agradecimentos	iii
Índice de Tabelas	iv
Índice de Figuras	v
Abreviaturas	vi
Índice	vii
1. Introdução	1
2. Revisão da Literatura	5
2.1. O comité de auditoria no Brasil	5
2.2. Desenvolvimento de hipóteses	9
3. Metodologias de Investigação	19
3.1. Dados e amostra	19
3.2. Metodologia.....	20
4 Resultados Empíricos	24
4.1. Análise dos resultados	24
5 Conclusões	29
6 Referências Bibliográficas	31
Anexos	36

1. Introdução

Atualmente acadêmicos, profissionais e até cidadãos comuns estão altamente conscientes da necessidade de se adotar comportamentos e práticas sustentáveis (Silvestre & Fonseca, 2020). O marco inicial que tornou essa discussão global ocorreu na conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1972 onde foi debatido o conceito de desenvolvimento sustentável que mais tarde tornou-se um objetivo sociopolítico, econômico e ambiental (ONU, 1972). Mais recentemente em 2015, a Assembleia Geral da ONU definiu uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável por meio do estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) baseados em 17 princípios, apresentados a seguir, que devem ser adotados até 2030:

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: (ONU, 2015)

Conforme pode ser observado na Figura 1, os ODS estão intimamente ligados ao estabelecimento de políticas públicas por parte dos governantes, mas também estão relacionados com a governação e a estratégias das organizações. Com as crescentes pressões por parte da sociedade civil, dos governos, de instituições multilaterais, das universidades e do próprio setor empresarial, podemos depreender que o contexto atual

exige que as organizações adotem estratégias sustentáveis para a condução (e perenidade) de seus negócios.

As pressões exercidas exigem que as empresas tenham de conciliar de forma hábil e equilibrada os seus objetivos financeiros com os interesses de diversos stakeholders (Jamali et al., 2008). Segundo a definição da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) responsabilidade social corporativa (RSC) é:

um conceito de gestão por meio do qual as empresas integram as preocupações sociais e ambientais em suas operações de negócios e nas interações com seus stakeholders. A RSC é geralmente entendida como a forma pela qual uma empresa atinge o equilíbrio entre os imperativos econômicos, ambientais e sociais (“Triple-Bottom-Line-Approach”), ao mesmo tempo que atende às expectativas dos acionistas e stakeholders (UNIDO, 2021)

Por meio da divulgação voluntária de informações sobre RSC são expostos aos stakeholders as estratégias traçadas e os resultados obtidos pelas empresas. Essas informações habitualmente são incluídas no relatório anual, em um relatório específico sobre sustentabilidade ou em um relatório que trate sobre a RSC. Os relatórios sobre RSC normalmente incluem questões ambientais, sociais e de governação, e a divulgação desses informações é uma ferramenta para assegurar os interesses e influenciar as decisões dos stakeholders (Arayssi et al., 2016; Helfaya & Moussa, 2017; Yu et al., 2018).

As informações divulgadas nesses relatórios estão tornando-se mais sofisticadas, para satisfazer as exigências crescentes dos stakeholders, o que pode contribuir para a redução dos custos de agência e das assimetrias de informações entre usuários internos e externos (Amran et al., 2014; Helfaya & Moussa, 2017; Poshakwale & Courtis, 2005; Yu et al., 2018). Apesar desses aspectos positivos, as divulgações devem ser vistas de forma crítica. Conforme alertam Ball et al. (2000) alguns gestores utilizam a divulgação voluntária de informações sobre RSC prioritariamente para melhorar sua imagem e, desta

forma, colocam em segundo plano a correção de assimetrias de informação entre usuários internos e externos.

Os estudos conduzidos por Brown & Deegan (1998), Ghazali (2007) e Hackston & Milne (1996) detetaram que as empresas possuem uma predisposição por divulgar informações sobre suas ações nas áreas ambientais e sociais que sejam positivas sua imagem e resistência em divulgar informações negativas ou prejudiciais. Appuhami & Tashakor (2017) explicam que gestores oportunistas podem distorcer a finalidade da divulgação voluntária de informações sobre RSC para obter benefícios pessoais. Distorções que podem ser mitigadas por um comitê de auditoria (CA) atuante e responsável, que para além da tradicional supervisão de informações e relatórios financeiros, supervisione os relatórios sobre RSC.

Kolk & Pinkse (2010) argumentam que o papel do CA foi alargado após escândalos financeiros (como os protagonizados pela Enron e pela WorldCom) e pela pressão dos stakeholders. Desta forma, atualmente os CA estão propensos a supervisionar as divulgações sobre RSC e a monitorar as informações que tenham impacto social, económico e ambiental (Bédard et al., 2004; Jamali et al., 2008; Kolk & Pinkse, 2010).

A presente dissertação aborda o seguinte tema: Impacto das características do comitê de auditoria sobre a divulgação voluntária de informações sobre responsabilidade social corporativa: uma análise das empresas brasileiras.

Com base na literatura existente foram definidas as seguintes métricas utilizadas neste estudo para mensurar o impacto das características do comitê de auditoria sobre a divulgação voluntária de informações sobre a responsabilidade social corporativa: quantidade de membros, presença de mulheres, independência dos membros (em especial do presidente do conselho), qualificação (formação académica e experiência profissional) e a frequência de reuniões.

Assim, este estudo tem como objetivo verificar o impacto das características do comitê de auditoria sobre a divulgação voluntária de informações sobre responsabilidade social corporativa por meio de uma análise das empresas brasileiras. Para isso foram consultados os formulários de referência, as demonstrações financeiras, os relatórios de administração e as divulgações de informações sobre RSC das empresas cotadas no índice Ibovespa da B3 (principal índice da bolsa de valores brasileira).

Posteriormente foi atribuída uma pontuação a divulgação de informações sobre RSC e as métricas determinadas pela revisão da literatura foram analisadas com o uso de uma regressão linear. Espera-se contribuir com a governança das empresas, com a divulgação voluntária de informações sobre RSC e com o fato de ser um estudo inédito com o uso de dados de empresas brasileiras.

2. Revisão da Literatura

A seguir serão apresentados os tópicos sobre o CA no Brasil e o desenvolvimento das hipóteses de pesquisa.

2.1. O comitê de auditoria no Brasil

O período de 2000 a 2002 foi marcado por escândalos financeiros em grandes empresas como Xerox, Delphi Corporation, Global Crossing, WorldCom e Enron que ganharam repercussão global e culminaram em uma crise no mercado de capitais americano. Essa crise levou o congresso dos Estados Unidos, em 30 julho de 2002, a promulgar a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) que estabeleceu diversas alterações nos relatórios financeiros e nas políticas de governança corporativa com a finalidade de restaurar a confiança dos investidores (Beuren et al., 2013; Engel et al., 2007). Dentre as alterações impostas pela SOX, a seção 205 que prevê a criação do comitê de auditoria (CA) com a função de supervisão da Contabilidade e dos relatórios financeiros (Beuren et al., 2013).

Chan et al. (2012), Méndez & García (2007) e Sharma et al. (2009) adicionam que os CA são mecanismos de governança com a finalidade de diminuir a assimetria de informação. Suas responsabilidades incluem o monitoramento do controle interno e do processo de informação financeira, a supervisão e acompanhamento dos relatórios financeiros (inclusive a determinação de políticas contábeis), a contratação da auditoria externa e supervisão do processo de auditoria. Apesar da expectativa que o CA aumente a transparência e confiabilidade das informações financeiras, Furuta & Santos (2010, p.4) advertem que órgãos reguladores (governamentais) e “pesquisadores de muitos países têm questionado sobre a efetividade desses Comitês e sua contribuição para a governança corporativa”.

Esse questionamento é embasado em fraudes, como no caso da Enron onde o CA era composto por 6 membros altamente qualificados e havia sido instalado de forma excepcional mesmo antes da promulgação da SOX, apesar disso, as inconformidades dentro da organização não foram identificadas (Felo et al., 2005). No Brasil o CA é obrigatório apenas para as empresas financeiras subordinadas a supervisão do Banco Central do Brasil (por exemplo, bancos, sociedades de crédito, financiamento e investimento e sociedades de arrendamento mercantil e leasing) e da Superintendência de Seguros Privados (por exemplo, seguradoras, resseguradoras e sociedades de previdência complementar aberta) e para as empresas brasileiras que negociam suas ações em bolsas de valores americanas por meio de ADR (American Depositary Receipts) (Furuta & Santos, 2010; IBGC, 2015).

As demais empresas podem optar pela constituição de um CA, ou em sua ausência o próprio conselho de administração deve se responsabilizar por suas atribuições (Furuta & Santos, 2010; IBGC, 2015). Apesar de seu caráter facultativo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) em seu código de melhores práticas de governança corporativa recomenda que as empresas estabeleçam um CA com as seguintes características:

- que suas atribuições estejam discriminadas no estatuto social;
- que a frequência de reuniões seja adequada as atividades, necessidades e porte da organização;
- que o CA seja formado preferencialmente por conselheiros independentes, em especial, que o coordenador do CA seja um conselheiro independente;

- que ao menos um dos membros do CA tenha experiência comprovada em assuntos contábeis, em especial em auditoria, controles internos, informações e operações financeiras;
- que o CA disponha de um orçamento próprio, aprovado pelo conselho de administração, que lhe confira autonomia para a contratação de consultores (para assuntos jurídicos, contábeis ou outros temas) caso a opinião de um especialista seja necessária para a condução de suas atividades; e
- que se reúna regularmente com o conselho de administração, com o conselho fiscal e com os diretores executivos da empresa para apresentarlhes os relatórios financeiros e outros assuntos de interesse (IBGC, 2015).

Beuren et al. (2013) realizaram uma análise de conteúdo sobre as recomendações propostas no código de governança corporativa do Brasil (IBGC, 2009) para o CA em comparação com os códigos dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Arábia Saudita, Áustria, Canadá, Chile, China, Costa Rica, Estados Unidos, França, Holanda, Indonésia, Inglaterra, Malásia, México e Singapura. A Tabela 1 apresentada a seguir demonstra as semelhanças entre o CA brasileiro e dos demais países:

Tabela 1 - Semelhanças entre o CA brasileiro e dos demais países

Brasil		Alemanha	Argentina	Arábia S.	Áustria	Canadá	Chile	China	Costa Rica	EUA	França	Holanda	Indonésia	Inglaterra	Malásia	México	Singapura
Composição	Composto de no mínimo três membros do conselho de administração preferencialmente independentes.		X	x		x				x				x	x		
Qualificação	Todos os membros devem ter conhecimentos básicos de finanças e contabilidade.	x	X			x					x				x		x
Qualificação	Pelo menos um deverá ter maior experiência na área contábil, de auditoria e de gestão financeira.	x		x	x					x		x		x			
Mandato	Pode ser limitado por meio do rodízio automático e/ou pela restrição do número de comitês a que um membro pode servir em outras empresas.																
Atribuições	Analisar as demonstrações contábeis e que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel	X	x	x			x	x	x	x	x		x	x	x		
	Promover a supervisão e a responsabilização da área financeira								x	x				x			
	Garantir que a diretoria desenvolva controles internos confiáveis	X			x			x	x	x			x			x	x
	Os auditores independentes devem avaliar, por meio de sua própria revisão, as práticas da diretoria e da auditoria interna.	X				x						x					
	Zelar pelo cumprimento do código de conduta da organização.	X															x

Fonte: (Beuren et al., 2013)

Conforme exposto na Tabela 1, pode-se destacar que dos 17 países analisados (incluindo o Brasil), 12 definem como atribuição do CA “analisar as demonstrações financeiras e contábeis e que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel” e 9 definem como atribuição do CA “garantir que a diretoria desenvolva controles internos confiáveis” sendo estes os quesitos de maior concordância entre os códigos analisados. Em contrapartida o mandato dos membros do CA não é limitado em nenhum outro país e a atribuição de “zelar pelo cumprimento do código de conduta da organização” é adotada apenas por Argentina e México. Beuren et al. (2013) destacaram em suas conclusões que, de modo geral, os códigos analisados estão alinhados com o proposto pelo IBGC e possuem o objetivo de evitar o conflito de interesses, outorgar transparência e confiança as demonstrações financeiras e ampliar o volume de investimentos nas empresas.

2.2. Desenvolvimento de hipóteses

No Brasil, o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa é emitido pelo IBGC que é uma entidade privada sem poder regulador, desta forma, essas diretrizes tem adoção voluntária (IBGC, 2015). Conforme mapeado por Beuren et al. (2013), as principais semelhanças entre o código brasileiro e os códigos dos 16 outros países estudados são a Composição do CA (número de membros e independência dos conselheiros), Qualificação (Conhecimento, experiência e formação em contabilidade, finanças e auditoria) e Atribuições (analisar as demonstrações financeiras, supervisão e responsabilização das áreas financeiras, controlos internos, auditoria independente e código de conduta). A Tabela 2 resume os estudos anteriores sobre a relação entre o CA e divulgação de informações sobre RSC:

Tabela 2 – Estudos anteriores

Autor(es)	Appuhami & Tashakor, 2017	Musallam, 2018	Bravo & Reguera-Alvarado, 2019	Dwekat et al., 2020
Objetivo	Examina a influência das características do CA na divulgação voluntária da RSC nos relatórios anuais corporativos das empresas cotadas australianas	Investigar o efeito direto e indireto da existência de gestão de riscos na relação entre o CA e a divulgação da RSC na Palestina	Analisa a ligação entre a representação feminina nos CA e os atributos de informação específicas das divulgações ambientais, sociais e de governação (ESG)	Investigar o efeito do CA e características do conselho de administração sobre a RSC através da aplicação de uma nova metodologia de investigação: o conjunto fuzzy definir análises comparativas.
País/Região	Austrália	Palestina	Espanha	Europa (França, Reino Unido, Alemanha, Suíça, Países Baixos, Espanha, Itália, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Noruega e Bélgica)
Dados	300 empresas cotadas na bolsa australiana	31 empresas cotadas palestinianas entre 2010 e 2016	Foram analisadas as empresas cotadas na Bolsa de Madrid para o período 2012-2015. A informação sobre os administradores foi recolhida manualmente através da análise da biografia dos 1.353 membros do CA das empresas selecionadas para o período entre 2012 e 2015. A amostra final compreende 375 observações.	69 maiores empresas europeias não financeiras (com base na capitalização de mercado) para o período 2016-2018.
Variáveis Independentes	6 variáveis	4 variáveis	4 variáveis	na
Coleta de dados	Relatórios Anuais e relatórios sobre RSC	Relatórios Anuais e relatórios sobre RSC	Relatórios Anuais e relatórios sobre RSC	Relatórios Anuais e relatórios sobre RSC
Conclusão 1	As características de CA, tais como a dimensão, a frequência das reuniões, a independência da comissão e a diversidade de género têm uma influência positiva significativa no nível de divulgação da RSC.	Os resultados do modelo SEM encontram uma relação positiva significativa da existência de gestão de riscos, reunião do comité de auditoria e dimensão do comité de auditoria com a divulgação da RSC.	Os nossos resultados revelam uma associação positiva entre a diversidade de género no CA e a qualidade dos relatórios voluntários do ESG, o que resulta numa maior abrangência e relevância.	Os resultados do estudo apoiam os princípios da equifinalidade e complexidade da teoria da complexidade.
Conclusão 2	No entanto, não existem provas de que as características de CA, tais como a independente do presidente e os conhecimentos financeiros dos membros, afetem a divulgação da CSR nas empresas australianas.	No entanto, os conhecimentos financeiros do comité de auditoria têm uma relação negativa significativa com a divulgação da RSC.	A ocupação do CA modera negativamente a influência das mulheres membros do CA.	Sugere ainda que a divulgação da RSC se baseie numa configuração complexa de alguns atributos do CA, por exemplo, independência, membros qualificados, independência do presidente cadeira, tamanho e atividade, e outras características do conselho de administração (independência, género, tamanho, atividade e dualidade diretora executiva (CEO).
Conclusão 3	O estudo também esclarece o efeito das características de CA na divulgação ambiental.	Os resultados também encontram uma relação significativa entre a reunião do comité de auditoria e a especialização financeira do comité de auditoria com a divulgação de RSC através da existência de gestão de risco.	na	Estas características desempenham um papel de liderança como ingrediente de receita e, numa combinação apropriada, promovem a obtenção de elevados níveis de divulgação da RSC.

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos estudos anteriores expostos na Tabela 2 foram definidas as seguintes métricas utilizadas neste estudo para mensurar o impacto das características do comitê de auditoria sobre a divulgação voluntária de informações sobre a responsabilidade social corporativa: quantidade de membros, presença de mulheres, independência dos membros (em especial do presidente do conselho), qualificação (formação acadêmica e experiência profissional) e a frequência de reuniões. As métricas serão pormenorizadas a seguir.

Quantidade e qualificação dos membros do CA e RSC

O relatório do (Blue Ribbon Committee, 1999) indica que os membros do CA devem ser qualificados para exercer a supervisão da contabilidade, dos relatórios e dos controles financeiros. Essas atribuições tornam a presença de membros com conhecimento em contabilidade e/ou experiência em finanças indispensável. As orientações do (IBGC, 2017) descrevem que o CA deve ser composto por no mínimo 3 membros, de preferência independentes, sendo que todos devem ter conhecimentos básicos em contabilidade e finanças e pelo menos um dos membros deve ter maior experiência na área contábil, de auditoria e gestão financeira. Recomendações que em sua maioria estão alinhadas com os órgãos reguladores e códigos e de governança brasileiros, com a SOX dos Estados Unidos e com o código de governança do Reino Unido conforme demonstrado na Tabela 3 apresentada a seguir:

Tabela 3 – Recomendações sobre a composição e qualificação dos membros do CA

LEI/REGRA	COMPOSIÇÃO	QUALIFICAÇÃO
<i>CÓDIGO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO IBGC</i>	Preferencialmente formado apenas (ou ao menos em sua maioria) por conselheiros. Recomenda que o coordenador seja um conselheiro independente	Pelo menos um integrante deve ter experiência comprovada em assuntos contábeis, controles internos, operações financeiras e auditoria independente
<i>CÓDIGO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – COMPANHIAS ABERTAS</i>	Maioria de membros independentes e coordenado por um conselheiro independente	Pelo menos um de seus membros independentes com experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria, cumulativamente
<i>CVM – INSTRUÇÃO N. 509/11</i>	No mínimo três membros, dos quais pelo menos um deve ser do conselho de administração e não participar da diretoria. Pelo menos dois devem ser independentes	Pelo menos um integrante deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária
<i>LEI DAS ESTATAIS (LEI N. 13.303)</i>	De três a cinco membros, de maioria independente. Não podem ter ocupado cargo público efetivo ou em comissão de ente controlador por pelo menos um ano antes de assumir o cargo	Pelo menos um integrante deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária
<i>BANCO CENTRAL DO BRASIL (RESOLUÇÃO CMN N. 3.198)</i>	Mínimo de três membros, que não podem ser (ou ter parentesco com) diretores, funcionários ou membros do conselho fiscal da instituição ou de suas ligadas. O membro do comitê também não pode receber qualquer outro tipo de remuneração da instituição ou de suas ligadas que não seja aquela relativa a sua função como integrante do comitê	Pelo menos um integrante deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que o qualifique para a função
<i>B3 – NOVO MERCADO</i>	Mínimo de três membros, sendo ao menos um deles conselheiro independente da companhia	Ao menos um membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação da CVM
<i>UK CORPORATE GOVERNANCE CODE</i>	Mínimo de três independentes, sem função executiva	Pelo menos um integrante deve ter competência em contabilidade e/ou auditoria. Os demais precisam ter conhecimento do setor de atuação da organização
<i>SOX</i>	Membros independentes do conselho de administração	Pelo menos um integrante deve ser especialista contábil-financeiro. Caso não haja, deve-se divulgar o motivo da ausência do especialista.

Fonte: IBGC (2017)

Beuren et al. (2013) adicionam que a recomendação de pelo menos 3 membros também é seguida por Argentina, Arábia Saudita, Canadá, Estados Unidos, Inglaterra e Malásia. Alemanha, Argentina, Canadá, França, Malásia e Singapura recomendam que todos os membros do CA tenham conhecimentos básicos de finanças e contabilidade. Alemanha, Arábia Saudita, Áustria, Estados Unidos, Holanda e Inglaterra recomendam que pelo menos um dos membros do CA deve ter maior experiência na área contábil, de

auditoria e de gestão financeira. Recomendação que também é seguida pela Austrália em conjunto com o número mínimo de 3 membros no CA (Appuhami & Tashakor, 2017).

Appuhami & Tashakor (2017) que examinaram a influência das características do CA na divulgação voluntária de RSC nos relatórios anuais corporativos das empresas cotadas australianas, encontraram evidências que a quantidade de membros tem uma influência positiva e significativa no nível de divulgação voluntária de informações sobre RSC. Em contrapartida a qualificação dos membros, métrica para a qual não foram encontradas provas que haja influência significativa. Musallam (2018), que estudou o efeito direto e indireto da existência de gestão de riscos na relação entre o CA e a divulgação de informações sobre RSC em empresas da Palestina, encontrou uma relação negativa entre a qualificação dos membros do CA e a divulgação de informações sobre RSC

Resultado que contraria a literatura que indica que membros de CA com conhecimento em contabilidade e finanças são mais propensos a divulgação de informações voluntárias como no caso da RSC (por exemplo, Li et al., 2012; Raghunandan & Rama, 2007; Sharma et al., 2009).

Com a finalidade de verificar o impacto que a quantidade e qualificação dos membros dos CA das empresas brasileiras tem sobre a divulgação voluntária de informações sobre RSC, este estudo formula as seguintes hipóteses:

H1: Existe uma associação positiva entre a quantidade de membros do CA e o nível de divulgação voluntária de informações sobre RSC.

H2: Existe uma associação positiva entre a percentagem de membros do CA com conhecimentos em contabilidade e finanças e/ou experiência na área contábil, de auditoria e de gestão financeira e o nível de divulgação voluntária de informações sobre RSC.

Presença de mulheres no CA e RSC

Apesar do IBGC não emitir nenhuma recomendação específica sobre a diversidade de gênero, estudos anteriores apontam que a presença de mulheres tem influência sobre os resultados do CA. Ittonen et al. (2010), verificaram que os valores dos honorários de auditoria são significativamente menores em empresas cotadas no S&P 500 cujo presidente do CA é uma mulher. Visão corroborada por Nekhili et al. (2019) e Alkebsee et al. (2021) que verificaram uma diminuição no valor dos honorários dos auditores quando os CA possuem uma maior diversidade de gênero. Os autores argumentam que a presença de mulheres diminui a demanda por esforços incrementais de auditoria em decorrência de sua maior capacidade de monitoramento.

Alkebsee et al. (2021) pesquisaram empresas chinesas enquanto Nekhili et al. (2019) pesquisaram empresas francesas que tem como peculiaridade o requisito obrigatório de auditoria na qual as demonstrações financeiras são auditadas em conjunto por duas firmas de auditoria independentes. Lai et al. (2017) adicionam que a diversidade de gênero no CA aumenta a probabilidade da contratação de auditores especialistas no setor que exijam esforços de auditoria mais robustos. Aldamen et al. (2018) também encontraram uma relação positiva entre a presença de mulheres no CA e o aumento da exigência por serviços de auditoria. Porém, seus resultados indicam um acréscimo nos gastos com honorários de auditoria, sobretudo em situações de baixa complexidade, nas quais a presença de mulheres se mostra mais determinante para a elevação nos honorários.

Pucheta-Martínez et al. (2016), pesquisaram conselhos de empresas espanholas e concluíram que a presença de mulheres no CA reduz probabilidade de informações serem omitidas, e de haver incumprimentos e erros nos relatórios financeiros. A participação como conselheiras independentes ou presidindo o CA aumenta a probabilidade de haver

notas nos anexos que revelem limitações de escopo e qualifiquem incertezas. Entretanto, a presença de mulheres nessas posições não se mostrou determinante para mitigar distorções nos relatórios financeiros. Thiruvadi (2012) e Thiruvadi & Huang (2011) afirmam que a presença de pelo menos uma mulher no CA pode afetar de forma positiva a qualidade da auditoria, as práticas de governança e a confiança dos stakeholders.

Bravo & Reguera-Alvarado (2019) que analisaram a ligação entre a representação feminina nos CA e os atributos de informação específicas das divulgações ambientais, sociais e de governança de empresas espanholas. Concluíram que existe uma associação positiva entre a diversidade de género no CA e a qualidade dos relatórios voluntários sobre ESG, o que resulta numa maior abrangência e relevância. Visão corroborada por Appuhami & Tashakor (2017) que encontraram evidências que a diversidade de género tem uma influência positiva e significativa no nível de divulgação voluntária de informações sobre RSC.

Com a finalidade de verificar o impacto que a presença de mulheres nos CA das empresas brasileiras tem sobre a divulgação voluntária de informações sobre RSC, este estudo formula a seguinte hipótese:

H3: Existe uma associação positiva entre a presença de mulheres no CA e o nível de divulgação voluntária de informações sobre RSC.

Independência dos membros e do presidente do CA e RSC

O IBGC (2015) recomenda que o CA seja formado preferencialmente por conselheiros independentes, em especial, que o coordenador do CA seja um conselheiro independente. Segundo Bronson et al. (2009) que analisaram se um CA formado por membros totalmente independentes é necessário para que o monitoramento seja eficaz e

concluíram que esse benefício é atingido apenas quando o CA é totalmente independente. Resultado corroborado pelo resultado do estudo de Pucheta-Martínez & De Fuentes (2007) que adicionam que um CA totalmente independente fornece para as organizações maior transparência e possibilidade de responsabilização.

Klein (2002) encontrou uma relação positiva entre a quantidade de membros independentes no CA e a melhora na qualidade das informações disponibilizadas aos utilizadores dos relatórios financeiros. Carcello et al. (2002) encontraram uma relação positiva entre empresas com um maior número de membros independentes no CA e a divulgação voluntária das atividades do comité. Em contrapartida o estudo Li et al. (2012) que pesquisou 100 empresas do Reino Unido não encontrou uma influência positiva e significativa da independência dos membros do CA em relação ao nível de divulgação de informações sobre o capital intelectual.

Appuhami & Tashakor (2017) encontraram resultados mistos, enquanto a independência dos membros do CA teve uma influência positiva e significativa no nível de divulgação voluntária de informações sobre RSC. Não foi encontrada nenhuma prova que a independência do presidente do CA exerça o mesmo impacto. Dwekat et al. (2020) que investigaram o efeito do CA e das características do conselho de administração sobre a divulgação de informações sobre RSC, em empresas europeias, descobriram que as seguintes características em conjunto afetam a divulgação sobre RSC: independência do CA e do seu presidente, membros do CA qualificados, diversidade de género e independência do conselho de administração

García-Sánchez et al. (2012) adiciona que a divulgação voluntária de informações sobre RSC pode ser estimulada pelo reforço na monitorização e governança das organizações em virtude da independência do presidente do CA. Visão corroborada por Aldamen et al. (2012) que explica que a divulgação voluntária de informações sobre RSC

pode ser estimulada em virtude da capacidade de um presidente independente gerir a agenda e pautar as reuniões, além de gerir a ligação entre o CA e a auditoria independente.

Com a finalidade de verificar o impacto que a independência dos membros e do presidente do CA das empresas brasileiras tem sobre a divulgação voluntária de informações sobre RSC, este estudo formula as seguintes hipóteses:

H4: Existe uma associação positiva entre a proporção de membros independentes no CA e o nível de divulgação voluntária de informações sobre RSC.

H5: Existe uma associação positiva entre a independência do presidente do CA e o nível de divulgação voluntária de informações sobre RSC.

Frequência das reuniões do CA e RSC

Esse estudo considera como frequência o número de reuniões realizadas durante um exercício. O IBGC (2015) recomenda que a frequência de reuniões do CA seja adequada as atividades, necessidades e porte da organização. Li et al. (2012) enfatizam que reuniões mais frequentes permitem que os membros do CA tenham mais oportunidades de discutir e avaliar as demandas da empresa. Karamanou & Vafeas (2005) adicionam que a frequência de reuniões conduz a uma melhor monitorização em virtude de uma maior supervisão do processo de reporte. Greco (2011) propõe que a frequência de reuniões permite que os membros do CA tenham maior liberdade para expor seus juízos de valor sobre os princípios, estimativas e políticas contabilísticas.

Raghunandan & Rama (2007) e Sharma et al. (2009) encontraram uma relação positiva entre a presença de um membro com maior experiência na área financeira, uma maior frequência de reuniões do CA e o monitoramento efetivo dos relatórios financeiros. Musallam (2018) encontrou uma relação positiva significativa entre a existência de gestão

de riscos, a frequência de reuniões e dimensão do CA e a divulgação da RSC no seu estudo com empresas da Palestina.

Appuhami & Tashakor (2017), que estudaram empresas australianas, encontraram evidências que a frequência de reuniões do CA tem uma influência positiva e significativa no nível de divulgação voluntária de informações sobre RSC. Visão corroborada por Pucheta-Martínez & De Fuentes (2007), que estudaram empresas espanholas, e verificaram que o nível de divulgação de informações financeira é influenciado positivamente pela frequência de reuniões do CA.

Com a finalidade de verificar o impacto que a frequência de reuniões do CA das empresas brasileiras tem sobre a divulgação voluntária de informações sobre RSC, este estudo formula as seguintes hipóteses:

H6: Existe uma associação positiva entre a frequência das reuniões do CA e o nível de divulgação voluntária de informações sobre RSC.

3. Metodologias de Investigação

3.1. Dados e amostra

Este estudo centra-se nas empresas brasileiras cotadas que compõem a carteira do índice Ibovespa¹ da B3 válida para o período de 04 de janeiro a 2021 a 31 de abril de 2021. Este recorte foi escolhido para refletir as empresas mais negociadas a 31 de dezembro de 2020 e é composto por 81 ações de 78 empresas diferentes. Para o estudo foram excluídas empresas sem CA, com informações incompletas, que não divulguem informações sobre RSC (seja em relatório separado, junto ao relato integrado ou ao relatório de administração) e classificadas nos setores de bancos, seguradoras e serviços financeiros diversos da B3 para evitar distorções nos cálculos das variáveis. Desta forma, a amostra final é composta por 40 empresas detalhadas a seguir na Tabela 4:

Tabela 4 – Empresas da amostra

Empresa	Setor	Empresa	Setor
ASSAI (Sendas Distribuidora SA)	Alimentos	KLABIN S/A	Papel e Celulose
B2W DIGITAL (Americanas SA)	Prod Diversos	LOCALIZA	Aluguel de carros
BRF SA	Carnes e Derivados	LOCAMERICA	Aluguel de carros
CARREFOUR BR	Alimentos	LOJAS AMERIC	Prod Diversos
CCR SA	Exploração de Rodovias	LOJAS RENNEN	Tecidos, Vestuário e Calçados
CEMIG	Energia Elétrica	MARFRIG	Carnes e Derivados
CIA HERING	Vestuário	MRV	Edificações
COGNA ON	Educação	P.ACUCAR-CBD	Alimentos
COPEL	Energia Elétrica	PETROBRAS	Exploração, Refino e Distrib
COSAN	Exploração, Refino e Distrib	PETROBRAS BR (Vibra Energia)	Exploração, Refino e Distrib
ELETROBRAS	Energia Elétrica	RUMO S.A.	Transporte Ferroviário
ENERGIAS BR	Energia Elétrica	SABESP	Água e Saneamento
ENERGISA	Energia Elétrica	SID NACIONAL	Siderurgia
ENEVA	Energia Elétrica	SUZANO S.A.	Papel e Celulose
ENGIE BRASIL	Energia Elétrica	TAESA	Energia Elétrica
EQUATORIAL	Energia Elétrica	TIM	Telecomunicações
HAPVIDA	Serv Médico - Hosp, Anál e Diagn	TOTVS	Programas e Serv
HYPERA	Medicamentos e Outros Prod	ULTRAPAR	Exploração, Refino e Distrib
INTERMEDICA	Serv Médico - Hosp, Anál e Diagn	USIMINAS	Siderurgia
JBS	Carnes e Derivados	VALE	Mínerais Metálicos

Fonte: Elaborado pelo autor

¹ Principal índice da bolsa de valores [B]³, referência a Brasil, Bolsa, Balcão, que surgiu em 2017 após fusão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP)

As empresas apresentadas no Tabela 4 estão divididas em 20 sectores conforme apresentado no Tabela 5:

Tabela 5 – Empresas por setor

Setor	Nº Empresas	Setor	Nº Empresas
Água e Saneamento	1	Minerais Metálicos	1
Alimentos	3	Papel e Celulose	2
Aluguel de carros	2	Prod Diversos	2
Carnes e Derivados	3	Programas e Serv	1
Edificações	1	Serv Médico - Hosp, Anál e Diagn	2
Educação	1	Siderurgia	2
Energia Elétrica	9	Tecidos, Vestuário e Calçados	1
Exploração de Rodovias	1	Telecomunicações	1
Exploração, Refino e Distrib	4	Transporte Ferroviário	1
Medicamentos e Outros Prod	1	Vestuário	1

Fonte: Elaborado pelo autor

Os setores apresentados na Tabela 5 respeitam a classificação atribuída pela B3. Como pode ser observado, os setores com mais empresas que realizam a divulgação voluntária de informações sobre RSC são o de Energia Elétrica com 9 empresas e o de Exploração, Refino e Distribuição (petróleo) com 4 empresas.

3.2 Metodologia

Os dados foram obtidos a partir dos formulários de referência, das demonstrações financeiras, dos relatórios de administração e das informações sobre RSC divulgadas pelas empresas da amostra. Com base na revisão de literatura anteriormente apresentada e a fim de testar as hipóteses de investigação, desenvolveu-se a seguinte equação (Equação 1):

$$\begin{aligned}
 \text{Pontuação_RSC} = & \beta_0 + \beta_1\text{Tamanho_CA} + \beta_2\text{Reunioes_CA} + \beta_3\text{Independencia_CA} + \\
 & \beta_4\text{Independencia_presidente_CA} + \beta_5\text{Conhecimentos_CA} + \\
 & \beta_6\text{Mulheres_CA} + \beta_7\text{Log_Tamanho} + \beta_8\text{Crescimento} + \\
 & \beta_9\text{Honorarios_Outros} + \beta_{10}\text{Independencia_CADM} + \\
 & \beta_{12}\text{Alavancagem} + \varepsilon
 \end{aligned}$$

As variáveis da equação são resumidas a seguir pela Tabela 6:

Tabela 6 – Variáveis da equação

Variável dependente	
Pontuação_RSC	Pontuação atribuída pela divulgação de informações sobre RSC, com escala de 0 a 9, conforme itens expostos na tabela 7
Variáveis independentes	
Tamanho_CA	Número total de membros CA
Reuniões_CA	Número total de reuniões do CA por ano
Independência_CA	Proporção de membros independentes do CA
Independência_presidente_CA	Variável dummy com valor 1 se o presidente do CA for independente e não for membro do conselho de administração; zero de outra forma
Conhecimentos_CA	Proporção de membros de CA com conhecimentos em contabilidade e finanças e/ou experiência na área contábil, de auditoria e de gestão financeira
Mulheres_CA	Variável dummy com valor 1 se o CA tem membros femininos e masculinos; zero de outra forma
Variáveis de controlo	
Log_Tamanho	Log do valor contabilístico do ativo total
Crescimento	Crescimento do ativo comparado com o ano anterior, obtido pela divisão do ativo total em 2020 pelo ativo total em 2019
Honorários_Outros	Soma dos honorários pagos as empresas de auditoria por outros serviços (non-audit services)
Independência_CADM	Proporção de membros independentes no conselho de administração
Alavancagem	Obtida pela divisão do passivo total pelo capital próprio da empresa

Fonte: Elaborado pelo autor

A variável dependente Pontuação_RSC foi obtida pela avaliação se a empresa faz a divulgação das informações referidas na tabela 7:

Tabela 7 – Pontuação RSC

Categoria	Item avaliação	Pontuação
Trabalho	Luta contra discriminação	1
	Tem condições de trabalho dignas	1
	Possui um plano de desenvolvimento na carreira	1
	Comunicação eficaz com os empregados	1
Ética	Possui código de ética e conduta	1
Comunidade	Desenvolve projetos sociais	1
Ambiente	Participa do CDP Climate Change 2020	1
	Participa do CDP Water Security 2020	1
	Participa do CDP Forests 2020	1
Total		9

Fonte: Adaptado de Young & Marais (2012)

Conforme demonstrado na Tabela 7, foi avaliada a presença de 9 itens nas informações sobre RSC divididos em 4 categorias. Para as categorias trabalho, ética e comunidade foram consultadas diretamente as informações sobre RSC divulgadas pelas

empresas (seja em relatório separado, junto ao relato integrado ou ao relatório de administração). Para a atribuição de pontos para a categoria ambiente foi consultado o site do Carbon Disclosure Project (CDP), que é uma instituição sem fins lucrativos que dentre outras funções avalia os relatórios ambientais enviados por empresas, concelhos, distritos e outras entidades nas categorias Climate Change, Water Security e Forest (CDP, 2021).

Para cada um dos itens da Tabela 7 foi atribuída a nota 1 para a divulgação e 0 para outras situações. Desta forma, a variável dependente Pontuação_RSC foi obtida pela soma desses itens. O valor atribuído pode variar entre 0 e 9, quanto maior o valor maior a divulgação voluntária de informações sobre RSC da empresa.

A variável independente Tamanho_CA reflete a quantidade de membros que compõem o CA. A variável independente Reuniões_CA indica a quantidade de reuniões que foram realizadas durante o ano de 2020. Nos casos em que o CA se reúne apenas para a avaliação dos relatórios dos auditores e/ou demonstrações financeiras foram consideradas 4 reuniões observando que por norma as divulgações de empresas cotadas são realizadas trimestralmente. A variável independente Independencia_CA está relacionada a proporção de membros independentes em relação ao total de membros do CA. Seu valor atribuído varia entre 0 e 1, assumindo o valor zero pela ausência de membros independentes e um no caso em que todos os membros sejam independentes.

A variável independente Independência_presidente_CA assume o valor de 1 caso o presidente/coordenador do CA seja independente e zero nos demais casos. A variável independente Conhecimentos_CA está relacionada a proporção de membros com conhecimentos em contabilidade e finanças e/ou experiência na área contábil e/ou de auditoria e/ou de gestão financeira em relação ao total de membros do CA. Seu valor

atribuído varia entre 0 e 1, assumindo o valor zero pela ausência de membros com conhecimentos e um no caso em que todos os membros tenham conhecimentos.

A variável independente *Mulheres_CA* está relacionada com a presença de mulheres no CA. Seu valor atribuído é 1 caso haja pelo menos uma mulher no CA e zero nos demais casos. Cabe salientar que nenhuma empresa da amostra apresenta um CA formado apenas por mulheres.

A variável de controlo *Log_Tamanho* foi obtida pela conversão do ativo total em um valor logaritmo comum (de base 10). A variável de controlo *Crescimento* foi obtida pela divisão do valor do ativo total em 2020 pelo valor do ativo total em 2019, seu valor atribuído pode variar entre 0 e infinito. Valores inferiores a 1 indicam que o valor do ativo total diminuiu em relação a 2019, maiores que 1 indicam crescimento e iguais a 1 que não houve variação no valor do ativo total. A variável de controlo *Honorários_Outros* foi obtida pela soma dos valores pagos as empresas de auditoria por outros serviços não relacionados a revisão das demonstrações financeiras e anexos (non-audit services).

A variável de controlo *Independencia_CADM* está relacionada a proporção de membros independentes em relação ao total de membros do CADM. Seu valor atribuído varia entre 0 e 1, assumindo o valor zero pela ausência de membros independentes e um no caso em que todos os membros sejam independentes. A variável de controlo *Alavancagem* foi obtida pela divisão do passivo total pelo capital próprio da empresa. Considerando que foram excluídas da amostra as empresas que possuíam o capital próprio negativo, esta variável pode assumir valores entre zero e infinito. Sendo que o valor zero indica a ausência de dívidas (passivos), valores inferiores a 1 indicam que o capital próprio é superior ao passivo, igual a 1 a paridade e superiores a 1 que as dívidas superam os capitais próprio da empresa.

4 Resultados Empíricos

4.1. Análise dos resultados

As estatísticas descritivas das variáveis que forma objeto de estudo são apresentadas na Tabela 8:

Tabela 8 – Estatísticas descritivas

Variável	Obs	Média	Desvio padrão	Min	Max
Pontuação_RSC	40	7,0000	1,1323	6,0000	9,0000
Tamanho_CA	40	3,7500	1,0064	3,0000	6,0000
Reuniões_CA	40	5,0250	5,2207	4,0000	37,0000
Independência_CA	40	0,7017	0,3359	0,0000	1,0000
Independência_presidente_CA	40	0,7500	0,4385	0,0000	1,0000
Conhecimentos_CA	40	0,6325	0,2919	0,0000	1,0000
Mulheres_CA	40	0,4750	0,5057	0,0000	1,0000
Log_Tamanho	40	10,5475	0,4569	9,3693	11,9945
Crescimento	40	1,1617	0,1683	0,5658	1,4555
Honorários_Outros	40	966 634,7000	2 503 636,0000	0,0000	14 260 000,0000
Independência_CADM	40	0,5005	0,1895	0,1250	1,0000
Alavancagem	40	2,8367	2,9278	0,4428	12,8743

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme descrito na Tabela 8, a Pontuação_RSC variou entre 6 e 9 pontos, sendo a média de 7 pontos. Considerando que a amostra é formada apenas por empresas cotadas que realizam a divulgação voluntária de informações sobre RSC é de se esperar um nível de divulgação elevado. Pois, em virtude de seu porte as empresas analisadas gerem uma grande quantidade de recursos financeiros e também possuem um número elevado de stakeholders com interesse nas informações.

A variável Tamanho_CA indica que o número de membros varia entre 3 e 6 com a média de 3,75 membros. A variável Reuniões_CA explica que os CA se reúnem em média 5 vezes ao ano. Cabe ressaltar que esta variável possui um desvio padrão de 5,2207, valor superior à média o que indica que a frequência de reuniões possui uma grande dispersão. A variável Independência_CA revela que em média 70% dos conselheiros que compõem o CA são independentes. Já a variável Independência_presidente_CA indica que em média 75% dos presidentes/coordenadores são membros independentes.

A variável Conhecimento_CA revela que em média 63% dos membros do CA possuem conhecimentos em contabilidade e finanças e/ou experiência na área contábil e/ou de auditoria e/ou de gestão financeira. A variável Mulheres_CA revela que apenas 47,5% dos CA possuem pelo menos uma mulher. A variável Log_Tamanho está atrelada ao ativo total das empresas em uma escala logarítmica.

A variável Crescimento revela que em média as empresas analisadas apresentaram um crescimento do ativo total em 2020 16.17% face a 2019. A variável Honorários_Outros indica que em média as empresas analisadas gastaram 966 mil reais em non-audit services. Cabe ressaltar que esta variável possui um desvio padrão de 2.5 mi de reais, valor superior à média o que indica que a frequência de reuniões possui uma grande dispersão. A variável Independência_CADM revela que em média 50% dos conselheiros que compõem o CADM são independentes. A variável alavancagem indica que o passivo total das empresas analisadas é em média 2.8 vezes o valor de seu capital próprio. Variável que também possui grande dispersão considerando que o seu desvio padrão é superior à média.

A Tabela 9 apresenta a correlação entre todas as variáveis do modelo exposto:

Tabela 9 – Matriz de correlação

	Pontuação_RSC	Tamanho_CA	Reuniões_CA	Independência_CA	Independência_presidente_CA	Conhecimentos_CA	Mulheres_CA	Log_Tamanho	Crescimento	Honorários_Outros	Independência_CADM	Alavancagem
Pontuação_RSC	1.0000											
Tamanho_CA	0.0225	1.0000										
Reuniões_CA	-0.1258	0.1915	1.0000									
Independência_CA	-0.0764	-0.5500	0.1569	1.0000								
Independência_presidente_CA	-0.0516	-0.4357	0.1148	0.7225	1.0000							
Conhecimentos_CA	-0.0789	0.0109	-0.1161	0.1167	0.0818	1.0000						
Mulheres_CA	-0.2239	0.0882	0.1702	0.0103	0.0867	-0.1101	1.0000					
Log_Tamanho	0.5113	-0.0827	-0.0190	0.2091	-0.1268	0.0433	-0.0780	1.0000				
Crescimento	0.0002	-0.1858	-0.0915	0.2041	0.2348	-0.0223	0.1623	-0.2012	1.0000			
Honorários_Outros	0.1827	-0.1090	-0.0733	-0.0549	-0.2147	-0.0866	-0.0651	0.4841	-0.1186	1.0000		
Independência_CADM	0.0436	0.0298	0.3942	0.3118	0.2209	-0.0108	0.0528	-0.0869	0.0982	0.2124	1.0000	
Alavancagem	0.4137	0.0617	-0.0573	-0.1156	0.0410	0.0759	-0.0226	0.1617	-0.4171	0.2032	-0.0068	1.0000

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme demonstrado na Tabela 9, as variáveis que apresentam uma correlação positiva com a variável Pontuação_RSC por ordem de correlação mais positiva são:

Log_Tamanho (0,5113), Alavancagem (0,4137), Honorários_Outros (0,1827), Independência_CADM (0,0436), Tamanho_CA (0,0225) e Crescimento (0,0002). Dentre as variáveis independentes a única que apresenta uma correlação positiva (0,0225), porém fraca, com a variável dependente Pontuação_RSC é Tamanho_CA.

Em contrapartida as variáveis independentes Reuniões_CA (-0,1258), Conhecimentos_CA (-0,0789), Independência_CA (-0,0764) e Independência_presidente_CA (-0,0516) apresentam correlações negativas, porém fraca, com a variável dependente Pontuação_RSC.

A Tabela 10 mostra o teste VIF (Variance Inflation Factors) para as variáveis do estudo:

Tabela 10 – Variance Inflation Factors: Teste VIF

Variáveis	VIF	1/VIF
Independência_CA	4.14	0.241338
Independência_presidente_CA	2.89	0.345528
Log_Tamanho	2.04	0.491341
Tamanho_CA	1.90	0.525731
Honorários_Outros	1.89	0.529233
Independência_CADM	1.78	0.563156
Alavancagem	1.44	0.692907
Crescimento	1.44	0.694294
Reuniões_CA	1.42	0.704474
Mulheres_CA	1.10	0.909201
Conhecimentos_CA	1.09	0.921247
Média VIF	1.92	

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme demonstrado na Tabela 10, efetuou-se o teste VIF com o intuito de detectar a existência de multicolinearidade entre as variáveis explicativas. De acordo com a tabela, constata-se que não existe multicolinearidade (VIF inferior a 10), pelo que todas as variáveis foram incluídas na regressão. Após o teste VIF foi realizado o teste de Breusch-Pagan / Cook-Weisberg para heterocedasticidade que foi detetada e corrigida pela utilização do modelo robustos. Os resultados da regressão linear são apresentados na Tabela 11:

Tabela 11 – Resultados da regressão linear

Variáveis	β	Sinal esperado	Coefficiente	Valor-p
Constante	β_0	?	-17.47788	0.000
Tamanho_CA	β_1	+	-.1191188	0.480
Reunioes_CA	β_2	-	-.0249184	0.144
Independencia_CA	β_3	-	-2.0115***	0.053
Independencia_presidente_CA	β_4	-	.584486	0.361
Conhecimentos_CA	β_5	-	-.6203739	0.201
Mulheres_CA	β_6	-	-.5599249**	0.041
Log_Tamanho	β_7	+	2.141191*	0.000
Crescimento	β_8	+	2.324472**	0.026
Honorarios_Outros	β_9	+	-1.78e-07*	0.000
Independencia_CADM	β_{10}	+	2.194599*	0.006
Alavancagem	β_{11}	+	.1658641*	0.003
Observações				40
R^2				67,78%
Valor-p				0,0000

*, ** e *** indicam a significância estatística ao nível de 1%, 5% e 10%, respetivamente.

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme demonstrado na tabela 11, o R-Squared (R^2) determina que o modelo explica cerca de 67,78%. E, com base no teste à significância global dos regressores (teste F de Snedecor), conclui-se que os mesmos no seu conjunto têm poder explicativo dado que se obteve um valor-p de 0,000.

A variável dependente Independência_CA revelou-se individualmente significativa ao nível de 10% e a variável dependente Mulheres_CA ao nível de 5%. A relação dessas variáveis é negativa com a Pontuação_RSC, no caso da Independência_CA ($\beta_3 = -2,0115$) e no caso da Mulheres_CA ($\beta_6 = -0,55992$). Desta forma, por exemplo, quando a Independência_CA aumenta em 1% em média a Pontuação_RSC diminui em $(-2,0115) / 100 = -0,020115$ mantendo os demais parâmetros constantes.

Constatação que contraria os resultados obtidos por Appuhami & Tashakor (2017) em sua pesquisas com empresas da Austrália onde foi verificado que a independência dos membros e a diversidade de género têm uma influência positiva significativa no nível de divulgação da RSC. Já o estudo realizado por Bravo & Reguera-Alvarado (2019) revelou que a presença de mulheres no CA impacta positivamente a qualidade dos relatórios

voluntários do ESG na Espanha. Porém os autores destacam que a pequena proporção de mulheres pode moderar negativamente sua influência CA, situação detetada na amostra com empresas brasileiras.

Para além das variáveis independentes, são individualmente significantes ao nível de 1% as variáveis Log_Tamanho ($\beta_7 = 2.141191$), Honorários_Outros ($\beta_9 = -1.78e-07$), Independência_CADM ($\beta_{10} = 2.194599$) e Alavancagem ($\beta_{11} = .1658641$) e ao nível de 5% a variável Crescimento ($\beta_8 = 2.324472$). Desta forma, as variáveis de controlo com uma relação positiva com a Pontuação_RSC são Crescimento ($\beta_8 = 2.324472$), Independência_CADM ($\beta_{10} = 2.194599$) e Log_Tamanho ($\beta_7 = 2.141191$) e Alavancagem ($\beta_{11} = .1658641$). Em contrapartida a variável de controlo Honorários_Outros ($\beta_9 = -1.78e-07$) apresenta uma relação negativa.

5 Conclusões

Este estudo tem como objetivo verificar o impacto das características do comitê de auditoria sobre a divulgação voluntária de informações sobre responsabilidade social corporativa por meio de uma análise das empresas brasileiras. Para isso foram consultados os formulários de referência, as demonstrações financeiras, os relatórios de administração e as divulgações de informações sobre RSC das empresas cotadas no índice Ibovespa da B3 (principal índice da bolsa de valores brasileira).

Com base na literatura existente (analisada no tópico 2.2) foram elaboradas 6 hipóteses para se verificar a associação positiva de cada hipótese com a divulgação voluntária de informações sobre RSC. A variável explicativa de cada hipótese é descrita na Tabela 12:

Tabela 12 – Hipóteses e variáveis explicativas

	Hipótese	Variável explicativa
1	Quantidade de membros do CA	Tamanho CA
2	Porcentagem de membros do CA com conhecimentos em contabilidade e finanças e/ou experiência na área contábil, de auditoria e de gestão financeira	Conhecimentos_CA
3	Presença de mulheres no CA	Mulheres CA
4	Proporção de membros independentes no CA	Independência CA
5	Independência do presidente do CA	Independência presidente CA
6	Frequência das reuniões do CA	Reuniões CA

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos resultados revelou que as variáveis explicativas atreladas as hipóteses H1, H2, H5 e H6 não são individualmente significativas a 1%, 5% ou 10%. Desta forma, as características destacadas nestas hipóteses não influenciam o nível de divulgação voluntária de informações sobre RSC. As variáveis atreladas as hipóteses H3 e H4, Mulheres_CA e Independência_CA respectivamente, impactam negativamente a divulgação voluntária de informações sobre RSC.

Resultados que podem estar atrelados a falta de obrigatoriedade da constituição de um CA pelas empresas. Que no Brasil é exigido apenas para as empresas dos setores financeiros, de seguros e que negociam suas ações em bolsas de valores americanas por meio de ADR (Furuta & Santos, 2010; IBGC, 2015). Assim, sugere-se que estudos futuros sejam realizados com empresas financeiras que pela obrigatoriedade da constituição de CA poderão apresentar diferentes resultados.

Em contrapartida, outras características não relacionadas com o CA como o Crescimento, Independência do CADM e Tamanho mostraram-se positivamente associadas a divulgação voluntária de informações sobre RSC. Desta forma, sugere-se que estudos futuros abordem essas características.

Este estudo contribuiu com a literatura pelo fato de ser o primeiro a investigar o impacto das características do comitê de auditoria sobre a divulgação voluntária de informações sobre o RSC das empresas brasileiras.

6 Referências Bibliográficas

- Aldamen, H., Duncan, K., Kelly, S., McNamara, R., & Nagel, S. (2012). Audit committee characteristics and firm performance during the global financial crisis. *Accounting & Finance*, 52(4), 971–1000. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2011.00447.x>
- Aldamen, H., Hollindale, J., & Ziegelmayr, J. L. (2018). Female audit committee members and their influence on audit fees. *Accounting and Finance*, 58(1), 57–89. <https://doi.org/10.1111/acfi.12248>
- Alkebeese, R. H., Tian, G. L., Usman, M., Siddique, M. A., & Alhebry, A. A. (2021). Gender diversity in audit committees and audit fees: evidence from China. *Managerial Auditing Journal*, 36(1), 72–104. <https://doi.org/10.1108/MAJ-06-2019-2326>
- Amran, A., Lee, S. P., & Devi, S. S. (2014). The Influence of Governance Structure and Strategic Corporate Social Responsibility Toward Sustainability Reporting Quality. *Business Strategy and the Environment*, 23(4), 217–235. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/bse.1767>
- Appuhami, R., & Tashakor, S. (2017). The Impact of Audit Committee Characteristics on CSR Disclosure: An Analysis of Australian Firms. *Australian Accounting Review*, 27(4), 400–420. <https://doi.org/10.1111/auar.12170>
- Arayssi, M., Dah, M., & Jizi, M. (2016). Women on boards, sustainability reporting and firm performance. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 7(3), 376–401. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-07-2015-0055>
- Ball, A., Owen, D. L., & Gray, R. (2000). External transparency or internal capture? The role of third-party statements in adding value to corporate environmental reports11. *Business Strategy and the Environment*, 9(1), 1–23. [https://doi.org/https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0836\(200001/02\)9:1<1::AID-BSE227>3.0.CO;2-H](https://doi.org/https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0836(200001/02)9:1<1::AID-BSE227>3.0.CO;2-H)
- Bédard, J., Chtourou, S., & Courteau, L. (2004). The Effect of Audit Committee Expertise, Independence, and Activity on Aggressive Earnings Management. *Auditing-a Journal of Practice & Theory - AUDITING-J PRACT THEOR*, 23, 13–35. <https://doi.org/10.2308/aud.2004.23.2.13>
- Beuren, I. M., Nass, S., Theiss, V., & Cunha, P. R. da. (2013). Caracterização Proposta Para O Comitê De Auditoria No Código De Governança Corporativa Do Brasil E De Outros Países. *Revista de Educação e Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 7(4), 407–423. <https://doi.org/10.17524/repec.v7i4.989>
- Blue Ribbon Committee. (1999). Report and Recommendations of the Blue Ribbon Committee on Improving the Effectiveness of Corporate Audit Committees. *The Business Lawyer*, 54(3), 1067–1095.

- Bravo, F., & Reguera-Alvarado, N. (2019). Sustainable development disclosure: Environmental, social, and governance reporting and gender diversity in the audit committee. *Business Strategy and the Environment*, 28(2), 418–429. <https://doi.org/10.1002/bse.2258>
- Bronson, S. N., Carcello, J. V., Hollingsworth, C. W., & Neal, T. L. (2009). J. Account . Public Policy Are fully independent audit committees really necessary ? q. *Journal of Accounting and Public Policy*, 28(4), 265–280. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2009.06.001>
- Brown, N., & Deegan, C. (1998). The public disclosure of environmental performance information—a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory. *Accounting and Business Research*, 29(1), 21–41. <https://doi.org/10.1080/00014788.1998.9729564>
- Carcello, J. V., Hermanson, D. R., Neal, T. L., & Riley, R. A. (2002). Board Characteristics and Audit Fees. *Contemporary Accounting Research*, 19(3), 365–384. <https://doi.org/10.1506/CHWK-GMQ0-MLKE-K03V>
- CDP. (2021). *Carbon Disclosure Project*. About Us. <https://www.cdp.net/en/info/about-us>
- Chan, A. M. Y., Liu, G., & Sun, J. (2012). Independent audit committee members' board tenure and audit fees. *Accounting and Finance*, 53(4), 1129–1147. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2012.00490.x>
- Dwekat, A., Seguí-Mas, E., Tormo-Carbó, G., & Carmona, P. (2020). Corporate Governance Configurations and Corporate Social Responsibility Disclosure: Qualitative Comparative Analysis of Audit Committee and Board characteristics. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(6), 2879–2892. <https://doi.org/10.1002/csr.2009>
- Engel, E., Hayes, R. M., & Wang, X. (2007). The Sarbanes–Oxley Act and firms' going-private decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 44(1–2), 116–145. <https://doi.org/10.1016/J.JACCECO.2006.07.002>
- Felo, A. J., Krishnamurthy, S., & Solieri, S. A. (2005). Audit Committee Characteristics and the Perceived Quality of Financial Reporting: An Empirical Analysis. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.401240>
- Furuta, F., & Santos, A. dos. (2010). Comitê de Auditoria versus Conselho Fiscal Adaptado: a visão dos analistas de mercado e dos executivos das empresas que possuem ADRs. *Revista Contabilidade & Finanças*, 21(53), 1–23. <https://doi.org/10.1590/s1519-70772010000200005>
- Ghazali, N. A. M. (2007). Ownership structure and corporate social responsibility disclosure: some Malaysian evidence. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 7(3), 251–266. <https://doi.org/10.1108/14720700710756535>

- Greco, G. (2011). Determinants of board and audit committee meeting frequency. *Managerial Auditing Journal*, 26(3), 208–229. <https://doi.org/10.1108/02686901111113172>
- Hackston, D., & Milne, M. J. (1996). Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(1), 77–108. <https://doi.org/10.1108/09513579610109987>
- Helfaya, A., & Moussa, T. (2017). Do Board's Corporate Social Responsibility Strategy and Orientation Influence Environmental Sustainability Disclosure? UK Evidence. *Business Strategy and the Environment*, 26(8), 1061–1077. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/bse.1960>
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). (2015). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. ibgc.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). (2017). *Orientações sobre comitês de auditoria: melhores práticas no assessoramento ao conselho de administração*. IBGC/IBRACON.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), & Pr, M. (2009). *Guia de Orientação para Melhores Práticas de Comitês de Auditoria*. IBGC.
- Ittonen, K., Miettinen, J., & Vähämaa, S. (2010). Does Female Representation in Audit Committees Affect Audit Fees? *Quarterly Journal of Finance and Accounting*, 49(3–4), 113–139.
- Jamali, D., Safieddine, A., & Rabbath, M. (2008). Corporate Governance and Corporate Social Responsibility Synergies and Interrelationships. *Corporate Governance: An International Review*, 16, 443–459. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2008.00702.x>
- Karamanou, I., & Vafeas, N. (2005). The Association between Corporate Boards, Audit Committees, and Management Earnings Forecasts: An Empirical Analysis. *Journal of Accounting Research*, 43(3), 453–486.
- Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 33(3), 375–400. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(02\)00059-9](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(02)00059-9)
- Kolk, A., & Pinkse, J. (2010). The integration of corporate governance in corporate social responsibility disclosures. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(1), 15–26. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/csr.196>
- Lai, K. M. Y., Srinidhi, B., Gul, F. A., & Tsui, J. S. L. (2017). Board Gender Diversity, Auditor Fees, and Auditor Choice. *Contemporary Accounting Research*, 34(3), 1681–1714. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12313>
- Li, J., Mangena, M., & Pike, R. (2012). The effect of audit committee characteristics on intellectual capital disclosure. *The British Accounting Review*, 44, 98–110. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2012.03.003>

- Méndez, C. F., & García, R. A. (2007). The Effects of Ownership Structure and Board Composition on the Audit Committee Meeting Frequency: Spanish evidence. *Corporate Governance: An International Review*, 15(5), 909–922.
- Musallam, S. R. M. (2018). The direct and indirect effect of the existence of risk management on the relationship between audit committee and corporate social responsibility disclosure. *Benchmarking*, 25(9), 4125–4138. <https://doi.org/10.1108/BIJ-03-2018-0050>
- Nekhili, M., Gull, A. A., Chtioui, T., & Radhouane, I. (2019). Gender-diverse boards and audit fees: What difference does gender quota legislation make? *Journal of Business Finance and Accounting*, 47(1–2), 52–99. <https://doi.org/10.1111/jbfa.12409>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2015). Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development. *United Nations*.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (1972). Report of the United Nations Conference on the Human Environment. *Stockholm Conference*, 1–77.
- Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). (2021). *What is CSR?* <https://www.unido.org/our-focus/advancing-economic-competitiveness/competitive-trade-capacities-and-corporate-responsibility/corporate-social-responsibility-market-integration/what-csr>
- Poshakwale, S., & Curtis, J. K. (2005). Disclosure Level and Cost of Equity Capital: Evidence from the Banking Industry. *Managerial and Decision Economics*, 26(7), 431–444.
- Pucheta-Martínez, M. C., Bel-Oms, I., & Olcina-Sempere, G. (2016). Corporate governance, female directors and quality of financial information. *Business Ethics*, 25(4), 363–385. <https://doi.org/10.1111/beer.12123>
- Pucheta-Martínez, M. C., & De Fuentes, C. (2007). The Impact of Audit Committee Characteristics on the Enhancement of the Quality of Financial Reporting: an empirical study in the Spanish context. *Corporate Governance: An International Review*, 15(6), 1394–1412. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2007.00653.x>
- Raghuandan, K., & Rama, D. (2007). Determinants of Audit Committee Diligence. *Accounting Horizons - ACCOUNT HORIZ*, 21, 265–279. <https://doi.org/10.2308/acch.2007.21.3.265>
- Sharma, V., Naiker, V., & Lee, B. (2009). Determinants of Audit Committee Meeting Frequency: Evidence from a Voluntary Governance System. *Accounting Horizons*, 23(3), 245–263. <https://doi.org/10.2308/acch.2009.23.3.245>
- Silvestre, W. J., & Fonseca, A. (2020). Integrative Sustainable Intelligence: A holistic model to integrate corporate sustainability strategies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(4), 1578–1590. <https://doi.org/10.1002/csr.1906>

- Thiruvadi, S. (2012). Gender differences and audit committee diligence. *Gender in Management: An International Journal*, 27(6), 366–379.
- Thiruvadi, S., & Huang, H. (2011). Audit committee gender differences and earnings management. *Gender in Management: An International Journal*, 26(7), 483–498.
- Young, S., Marais, M. (2012). A Multi-level Perspective of CSR Reporting: The Implications of National Institutions and Industry Risk Characteristics. *Corporate Governance: An International Review*, 20(5), 432–450.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2012.00926.x>
- Yu, E. P., Guo, C. Q., & Luu, B. Van. (2018). Environmental, social and governance transparency and firm value. *Business Strategy and the Environment*, 27(7), 987–1004. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/bse.2047>

Anexos

Tabela 13 – Pontuação RSC por empresa

	ASSAI (Sendas Distribuidora SA)	B2W DIGITAL (AMERICANAS SA)	BRF SA	CARREFOUR BR	CCR SA	CEMIG	CIA HERING	COGNA ON	COPEL	COSAN	ELETROBRAS	ENERGIAS BR	ENERGISA	ENEVA
Trabalho														
Luta contra discriminação	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Tem condições de trabalho dignas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Possui um plano de desenvolvimento na carreira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Comunicação eficaz com os empregados	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ética														
Possui código de ética e conduta	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Comunidade														
Desenvolve projetos sociais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ambiente														
Participa do CDP_Climate Change 2020	0	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0
Participa do CDP_Water Security 2020	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Participa do CDP_Forests 2020	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	6	7	9	6	7	8	6	6	7	7	8	7	6	6

	ENGIE BRASIL	EQUATORIAL	HAPVIDA	HYPERA	INTERMEDICA	JBS	KLABIN S/A	LOCALIZA	LOCAME RICA	LOJAS AMERIC	LOJAS RENNER	MARFRIG	MRV	PACUCAR-CBD
Trabalho														
Luta contra discriminação	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Tem condições de trabalho dignas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Possui um plano de desenvolvimento na carreira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Comunicação eficaz com os empregados	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ética														
Possui código de ética e conduta	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Comunidade														
Desenvolve projetos sociais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ambiente														
Participa do CDP_Climate Change 2020	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1
Participa do CDP_Water Security 2020	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0
Participa do CDP_Forests 2020	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1
Total	6	6	6	6	6	9	9	6	6	7	7	9	9	8

	PETROBRAS	PETROBRAS BR (Vibra Energia)	RUMO S.A.	SABESP	SID NACIONAL	SUZANO S.A.	TAESA	TIM	TOTVS	ULTRAPAR	USIMINAS	VALE
Trabalho												
Luta contra discriminação	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Tem condições de trabalho dignas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Possui um plano de desenvolvimento na carreira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Comunicação eficaz com os empregados	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ética												
Possui código de ética e conduta	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Comunidade												
Desenvolve projetos sociais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ambiente												
Participa do CDP_Climate Change 2020	1	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	1
Participa do CDP_Water Security 2020	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1
Participa do CDP_Forests 2020	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Total	8	6	7	6	8	9	6	6	6	8	6	8

Fonte: Elaborado pelo autor